

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE A TROCA E PROTEÇÃO MÚTUA DE
INFORMAÇÃO CLASSIFICADA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República Federal da Alemanha,
doravante referidos como as "Partes Contratantes",

Com a intenção de garantir a proteção de informações classificadas que sejam trocadas no âmbito da cooperação geral, e outros contratos de cooperação específicos e outros acordos firmados por eles, seus indivíduos, órgãos e entidades públicas ou privadas credenciados para ter acesso a informações classificadas,

Desejando acordar um marco legal para a troca e a proteção mútua de informações classificadas que se aplicará a todos os instrumentos de cooperação a serem celebrados entre as Partes Contratantes e a contratos envolvendo a troca de informações classificadas,

Conscientes dos compromissos de ambas as Partes Contratantes sob outros acordos internacionais e ressaltando, nesse sentido, que este Acordo não pode ser aplicado de forma incompatível com os princípios da Carta das Nações Unidas,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1
Objetivo

Este Acordo estabelece regras e procedimentos para a troca e a proteção de informações classificadas pelas Partes Contratantes, seus indivíduos, órgãos e entidades públicas ou privadas credenciados para ter acesso a informações classificadas.



Artigo 2 Definições

Para os fins deste Acordo:

1. “informação classificada” é:

- (a) na República Federal da Alemanha, fatos, itens ou inteligência que, independentemente de como sejam apresentados, devem ser mantidos em sigilo no interesse público. Eles serão classificados de acordo com a necessidade de proteção por, ou a pedido de, uma autoridade competente, dentro dos limites de suas competências nacionais. Os níveis de classificação são definidos da seguinte forma:
 - STRENG GEHEIM, se o conhecimento dessa informação por pessoas não autorizadas puder representar uma ameaça à existência ou aos interesses vitais da República Federal da Alemanha ou de um de seus Länder (estados federados),
 - GEHEIM, se o conhecimento dessa informação por pessoas não autorizadas puder representar uma ameaça à segurança da República Federal da Alemanha ou de um de seus Länder (estados federados), ou causar danos graves a seus interesses,
 - VS-VERTRAULICH, se o conhecimento dessa informação por pessoas não autorizadas puder ser prejudicial aos interesses da República Federal da Alemanha ou de um de seus Länder (estados federados),
 - VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH, se o conhecimento dessa informação por pessoas não autorizadas puder ser desvantajoso aos interesses da República Federal da Alemanha ou de um de seus Länder (estados federados);
- (b) na República Federativa do Brasil, a informação, independentemente de como seja apresentada, que deve ser protegida contra acesso, divulgação ou comprometimento não autorizados e tenha sido designada como tal, de acordo com suas respectivas leis e regulamentos. Na República Federativa do Brasil, os níveis de classificação das informações são ULTRASSECRETO, SECRETO e

RESERVADO, dependendo de seu conteúdo e importância para a segurança da sociedade brasileira e do Estado;

2. “contrato classificado” é um contrato entre uma autoridade ou uma empresa do Estado de uma das Partes Contratantes (contratante) e uma empresa do Estado da outra Parte Contratante (contratado); sob tal contrato, informações classificadas do Estado do contratante são liberadas para o contratado, ou são geradas pelo contratado, ou são tornados acessíveis aos membros da equipe do contratado que deverão desempenhar tarefas nas instalações do contratante;
3. “autoridade competente” significa uma autoridade designada por uma das Partes Contratantes como responsável pela implementação das disposições deste Acordo e pela transmissão de informações classificadas à outra Parte Contratante; na República Federal da Alemanha, este Acordo abrange apenas autoridades federais dentro dos limites das competências dessas autoridades nacionais;
4. “Autorização de Segurança de Instalações (ASC)” significa a determinação de que uma entidade privada foi considerada apta em seu Estado para o tratamento de informações classificadas, de acordo com as respectivas leis e regulamentos nacionais;
5. “necessidade de saber” significa a determinação de que um indivíduo tem acesso a informações classificadas apenas para realizar funções e tarefas oficiais;
6. “Parte Contratante originária” significa a Parte Contratante que libera informações classificadas para a Parte Contratante receptora;
7. “Parte Contratante receptora” significa a Parte Contratante à qual as informações classificadas são transmitidas pela Parte Contratante originária;
8. “Credencial de Segurança Pessoal (CSP)” significa a determinação de que um indivíduo recebeu autorização de segurança para o tratamento de informações classificadas, até o nível de classificação relevante, de acordo com as respectivas leis e regulamentos nacionais;



9. “violação de segurança” significa qualquer ação ou omissão, seja intencional ou acidental, que resulte em comprometimento real ou suspeito de informações classificadas;
10. o “nível de classificação” é indicado por uma marcação de acordo com o Artigo 3 deste Acordo, determinando assim as medidas de proteção a serem aplicadas;
11. “terceiro” significa qualquer Estado, governo, organização internacional ou indivíduo que não seja Parte Contratante deste Acordo;
12. “tratamento de informações classificadas” significa um conjunto de ações relacionadas, entre outras, à proteção, produção, recepção, classificação, uso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, descarte, avaliação, destinação ou controle de informações classificadas em qualquer nível de classificação e o acesso a tais informações.

Artigo 3

Comparabilidade

- (1) As Partes Contratantes estipulam que os seguintes níveis de classificação serão comparáveis:

Na República Federativa do Brasil	Na República Federal da Alemanha
ULTRASSECRETO	STRENG GEHEIM
SECRETO	GEHEIM
RESERVADO	VS-VERTRAULICH
[SEM EQUIVALENTE]	VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

- (2) Informações classificadas alemãs do nível "VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH" manterão sua marcação original. Elas serão tratadas como "RESERVADO" na República Federativa do Brasil.



Artigo 4

Marcação

- (1) Informações classificadas trocadas deverão ser marcadas com o nível de classificação nacional comparável, conforme previsto no Artigo 3, pela autoridade competente da parte receptora ou a seu pedido.
- (2) Informações classificadas que forem geradas no Estado da Parte Contratante receptora em conexão com contratos classificados, bem como cópias feitas no Estado da Parte Contratante receptora, deverão ser marcadas de forma correspondente.
- (3) A decisão sobre a alteração ou revogação dos níveis de classificação deverá ser tomada apenas pelas autoridades competentes da Parte Contratante originária. A autoridade competente da Parte Contratante originária deverá informar imediatamente a autoridade competente da Parte Contratante receptora sobre a alteração ou revogação de qualquer nível de classificação. A autoridade competente da Parte Contratante receptora deverá implementar essa alteração ou revogação de acordo.
- (4) As Partes Contratantes deverão notificar-se mutuamente sobre mudanças nos respectivos níveis de classificação especificados no Artigo 3.
- (5) As Partes Contratantes deverão reconhecer mutuamente suas respectivas Credenciais de Segurança Pessoal e Autorizações de Segurança de Instalações.

Artigo 5

Medidas em Nível Nacional

- (1) Dentro do escopo de suas respectivas leis e regulamentos nacionais, as Partes Contratantes deverão tomar todas as medidas apropriadas para garantir a proteção das informações classificadas geradas, trocadas ou tratadas sob os termos deste Acordo. Elas deverão proporcionar a essas informações classificadas um grau de proteção equivalente ao exigido pela Parte Contratante receptora para suas próprias informações classificadas de nível de classificação comparável, conforme o Artigo 3.
- (2) As Partes Contratantes não deverão divulgar nenhuma informação classificada sem o consentimento por escrito da Parte Contratante originária. As informações classificadas deverão ser usadas exclusivamente para o propósito designado. A Parte Contratante receptora deverá usar ou conceder acesso, ou permitir o uso ou a concessão de acesso a qualquer informação classificada apenas para os fins e dentro dos limites estabelecidos pela



Parte Contratante originária ou em seu nome. A Parte Contratante originária deve ter dado seu consentimento por escrito para qualquer arranjo alternativo.

(3) O acesso a informações classificadas pode ser concedido apenas a pessoas que tenham uma necessidade de saber em função de suas atividades e – exceto no caso de informações classificadas no nível VS NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH – tenham sido aprovadas em um processo de habilitação de segurança ou que, por sua função, tenham direito a acesso a informações classificadas de nível comparável. Uma credencial de segurança só será concedida após a conclusão de uma investigação de segurança sob padrões não menos rigorosos do que aqueles aplicados para o acesso a informações classificadas nacionais de nível de classificação comparável.

(4) As investigações de Credencial de Segurança Pessoal para cidadãos do Estado de uma Parte Contratante que residem e requerem acesso a informações classificadas no território do Estado daquela Parte Contratante deverão ser realizadas por suas autoridades nacionais competentes.

(5) No entanto, as triagens de Credencial de Segurança Pessoal para cidadãos do Estado de uma Parte Contratante, que tenham residido legalmente no território do Estado da outra Parte Contratante por pelo menos cinco anos e se candidatem a um trabalho sensível à segurança lá, deverão ser realizadas pela autoridade competente dessa outra Parte Contratante, realizando triagens no exterior conforme apropriado, de acordo com suas leis e regulamentos nacionais.

(6) Os Artigos 6 e 7 deste Acordo não se aplicam às informações classificadas no nível VS NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH.

(7) As autoridades competentes das Partes Contratantes deverão, cada uma em seu Estado, garantir que as inspeções de segurança necessárias sejam realizadas e que este Acordo seja cumprido.

Artigo 6

Celebração de Contratos Classificados

(1) Antes da celebração de um contrato classificado, o contratante deverá, por meio de sua autoridade competente, obter uma Autorização de Segurança de Instalações da autoridade competente do contratado, a fim de obter garantias quanto a se o contratado em potencial está sujeito à supervisão de segurança pela autoridade competente de seu Estado e se tal contratado tomou as precauções de segurança necessárias para a execução do contrato

classificado. Quando um contratado ainda não estiver sujeito à supervisão de segurança, poderá ser feita uma solicitação para esse fim pelo contratante.

(2) Uma Autorização de Segurança de Instalação também deverá ser obtida se uma empresa for solicitada a apresentar uma proposta e se informações classificadas tiverem que ser divulgadas antes da celebração de um contrato classificado no processo de licitação.

(3) Nos casos mencionados nos parágrafos (1) e (2) acima, o seguinte procedimento deverá ser aplicado:

1. Os pedidos de emissão de uma Autorização de Segurança de Instalação para contratados da outra Parte Contratante deverão conter informações sobre o projeto, bem como a natureza, o escopo e o nível de classificação das informações classificadas que se espera que sejam divulgadas ao contratado ou geradas por ele.
2. Além do nome completo da empresa, seu endereço postal e o nome, número de telefone, número de fax e endereço de e-mail de seu oficial de segurança, as Autorizações de Segurança de Instalação devem incluir informações, em particular, sobre a extensão e o nível de classificação até os quais as medidas de segurança foram tomadas pela respectiva empresa com base em suas leis e regulamentos aplicáveis.
3. As autoridades competentes das Partes Contratantes deverão informar-se mutuamente sobre quaisquer mudanças nos fatos com base nos quais as Autorizações de Segurança de Instalação foram emitidas.
4. A troca de tais informações entre as autoridades competentes das Partes Contratantes deverá ser feita na língua nacional da autoridade a ser informada ou em inglês.
5. As Autorizações de Segurança de Instalação e os pedidos dirigidos às respectivas autoridades competentes das Partes Contratantes para a emissão de Autorizações de Segurança de Instalação deverão ser transmitidos por escrito.



Artigo 7

Execução de Contratos Classificados

(1) Os contratos classificados devem conter uma cláusula de requisitos de segurança pela qual o contratado tem a obrigação de implementar os arranjos necessários para a proteção das informações classificadas, conforme as leis e regulamentos nacionais de seu Estado.

(2) Além disso, a cláusula de requisitos de segurança deverá conter as seguintes disposições:

1. a definição do termo “informações classificadas” e dos níveis de classificação comparáveis dos Estados das duas Partes Contratantes, conforme o Artigo 3 deste Acordo;
2. a exigência de que as informações classificadas só poderão ser divulgadas a um terceiro, ou que tal divulgação a um terceiro só será permitida, se isso tiver sido aprovado pela Parte Contratante originária por escrito;
3. a exigência de que o contratado só concederá acesso às informações classificadas a uma pessoa que tenha uma necessidade de saber e que tenha sido encarregada de, ou contribua para, a execução do contrato classificado e – exceto no caso de informações classificadas no nível VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH – tenha sido previamente aprovada em um processo de habilitação de segurança até o nível de classificação apropriado;
4. os nomes das respectivas autoridades competentes das Partes Contratantes encarregadas de autorizar a liberação de informações classificadas em conexão com a celebração de contratos classificados ou autorizadas a coordenar a proteção dessas informações classificadas;
5. os canais a serem utilizados para a transferência de informações classificadas entre as autoridades competentes e os contratados envolvidos;
6. os procedimentos e mecanismos para comunicar mudanças que possam surgir em relação às informações classificadas, seja por conta da alteração ou revogação de seus níveis de classificação;



7. os procedimentos para a aprovação de visitas a instalações ou o acesso a informações classificadas por parte do pessoal dos contratados;
8. os procedimentos para a transmissão de informações classificadas aos contratados que tratam tais informações classificadas; e
9. a exigência de que o contratado deverá notificar imediatamente sua autoridade competente sobre qualquer violação de segurança real ou suspeita.

(3) A autoridade competente do contratante deverá fornecer ao contratado um Guia de Classificação de Segurança de todos os registros documentais que requeiram classificação de segurança, deverá determinar o nível de classificação necessário e deverá organizar para que este Guia de Classificação de Segurança seja incluído como um anexo ao contrato classificado. A autoridade competente do contratante também deverá transmitir, ou organizar a transmissão deste Guia de Classificação de Segurança à autoridade competente do contratado.

(4) A autoridade competente do contratante deverá garantir que o contratado terá acesso às informações classificadas apenas após o recebimento da pertinente Autorização de Segurança de Instalação pela autoridade competente do contratado.

Artigo 8

Transmissão de Informações Classificadas

(1) Informações classificadas no nível ULTRASSECRETO / STRENG GEHEIM somente deverão ser transmitidas entre as Partes Contratantes por canais Governo a Governo, de acordo com suas respectivas leis e regulamentos nacionais.

(2) Como princípio, as informações classificadas nos níveis RESERVADO / VS-VERTRAULICH e SECRETO / GEHEIM deverão ser transmitidas de um Estado para outro por correio oficial. As autoridades competentes das Partes Contratantes podem concordar com canais alternativos de transmissão. As informações classificadas deverão ser encaminhadas ao destinatário de acordo com as leis e regulamentos nacionais, e o recebimento das informações classificadas deverá ser confirmado pela autoridade competente ou a seu pedido.

(3) Para um projeto designado especificamente, as autoridades competentes podem concordar – de forma geral ou com restrições – que informações classificadas nos níveis RESERVADO / VS-VERTRAULICH e SECRETO / GEHEIM possam ser transmitidas por canais que não sejam o correio oficial. Nestes casos,



1. o portador deve estar autorizado a ter acesso a informações classificadas de nível comparável,
2. uma lista dos itens de informações classificadas transmitidos deve ser mantida pelo remetente; uma cópia dessa lista deverá ser entregue ao destinatário para encaminhamento à autoridade competente,
3. itens de informações classificadas devem ser embalados de acordo com os regulamentos que regem o transporte dentro das fronteiras nacionais,
4. itens de informações classificadas devem ser entregues mediante recibo, e
5. o portador deve portar um certificado de mensageiro emitido pela autoridade competente do remetente ou do destinatário.

(4) Quando houver necessidade de transmissão de informações classificadas, o meio de transporte, a rota e, se necessário, uma escolta, serão determinados caso a caso pelas autoridades competentes das Partes Contratantes com base em um plano de transporte detalhado e mutuamente acordado.

(5) Informações classificadas no nível ULTRASSECRETO / STRENG GEHEIM não deverão ser transmitidas eletronicamente.

(6) Informações classificadas nos níveis RESERVADO / VS-VERTRAULICH e SECRETO / GEHEIM podem ser transmitidas eletronicamente apenas em forma criptografada. Informações classificadas desses níveis só podem ser criptografadas por meios de criptografia aprovados por acordo mútuo pelas autoridades competentes das Partes Contratantes.

(7) Informações classificadas no nível VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH podem ser transmitidas por correio ou outros serviços de entrega a destinatários dentro do território do Estado da outra Parte Contratante, levando em consideração as leis e regulamentos nacionais.

(8) Informações classificadas no nível VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH podem ser transmitidas eletronicamente ou tornadas acessíveis por meio de dispositivos de criptografia comercial aprovados por uma autoridade nacional competente. Informações classificadas deste nível só podem ser transmitidas de forma não criptografada se isso não for contrário às leis e regulamentos nacionais, se não houver meios de criptografia aprovados disponíveis, se a transmissão for efetuada apenas dentro de redes fixas e se o remetente e o destinatário tiverem chegado a um acordo sobre a transmissão proposta com antecedência.



Artigo 9

Visitas

(1) Como princípio, é somente com a permissão prévia da autoridade competente cujo Estado será visitado que visitantes do Estado de uma Parte Contratante terão, no Estado da outra Parte Contratante, acesso a informações classificadas e a instalações cujo pessoal lide com informações classificadas. Tal permissão será concedida apenas a pessoas que tenham uma necessidade de saber e – exceto no caso de informações classificadas no nível VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH – que tenham sido devidamente aprovadas em um processo de habilitação de segurança e autorizadas a ter acesso a informações classificadas.

(2) Pedidos de visitas devem ser apresentados de maneira oportuna e de acordo com as leis e regulamentos do Estado da Parte Contratante cujo território esses visitantes desejam entrar, à autoridade competente desse Estado. As autoridades competentes devem informar-se mutuamente sobre os detalhes desses pedidos e garantir que os dados pessoais sejam protegidos.

(3) Os pedidos de visitas devem ser apresentados na língua do Estado a ser visitado ou em inglês e devem conter as seguintes informações:

1. o nome completo do visitante, data e local de nascimento, e o número de seu passaporte ou carteira de identidade,
2. a nacionalidade do visitante,
3. a designação de serviço do visitante, e o nome da autoridade ou agência que ele representa,
4. o nível da credencial de segurança do visitante para acesso a informações classificadas,
5. o propósito, data e duração da visita,
6. a designação das agências, pessoas de contato e instalações a serem visitadas, e
7. data e assinatura da autoridade competente.



Artigo 10

Consultas e Resolução de Disputas

- (1) As Partes Contratantes devem tomar conhecimento das leis e regulamentos que regem a proteção de informações classificadas aplicáveis no Estado da outra Parte Contratante.
- (2) Para garantir uma estreita cooperação na implementação deste Acordo, as autoridades competentes devem consultar-se mutuamente a pedido de uma dessas autoridades.
- (3) Cada Parte Contratante deve, além disso, permitir que a autoridade competente da outra Parte Contratante ou qualquer outra autoridade designada por acordo mútuo visite o território de seu Estado a fim de discutir, com as autoridades competentes de seu Estado, os procedimentos e instalações para a proteção de informações classificadas recebidas da outra Parte Contratante. Cada Parte Contratante deve auxiliar essa autoridade a verificar se tais informações classificadas recebidas da outra Parte Contratante estão adequadamente protegidas. Os detalhes das visitas devem ser estabelecidos pelas autoridades competentes.
- (4) Qualquer disputa entre as Partes Contratantes que surja da interpretação ou aplicação deste Acordo, ou de qualquer assunto relacionado, será resolvida exclusivamente por consultas ou negociações entre as Partes Contratantes, por canais diplomáticos, e não será submetida a qualquer tribunal nacional ou internacional ou Terceiro para resolução.
- (5) Durante o período de resolução da disputa, ambas as Partes Contratantes continuarão a cumprir todas as suas obrigações sob este Acordo.
- (6) Os procedimentos de resolução de disputas devem ser conduzidos entre ambas as Partes Contratantes com base no princípio da confidencialidade.

Artigo 11

Violação das Disposições que Regem a Proteção de Informações Classificadas

- (1) Sempre que não for possível excluir a possibilidade de uma violação de segurança ou se uma violação de segurança for suspeita ou confirmada, a outra Parte Contratante deverá ser informada imediatamente, seja na língua nacional da autoridade a ser informada ou em inglês.

(2) As violações das disposições que regem a proteção de informações classificadas deverão ser investigadas, e as devidas medidas legais deverão ser tomadas pelas autoridades competentes e tribunais no Estado da Parte Contratante que tiver jurisdição, de acordo com a legislação desse Estado. A outra Parte Contratante poderá, se assim solicitado, apoiar tais investigações e deverá ser informada sobre o resultado.

Artigo 12

Custos

Cada Parte Contratante deverá arcar com as despesas por si incorridas na implementação das disposições deste Acordo.

Artigo 13

Autoridades Competentes

As Partes Contratantes deverão informar-se mutuamente por escrito sobre os dados de contato de suas respectivas autoridades competentes imediatamente após a entrada em vigor do Acordo e também fornecer atualizações sobre esses dados conforme necessário.

Artigo 14

Relação com Outros Acordos, Memorandos de Entendimento e Instrumentos

Qualquer Acordo, Memorando de Entendimento ou Instrumento existente entre as Partes Contratantes ou suas autoridades competentes sobre a proteção de informações classificadas não será afetado pelo presente Acordo, na medida em que não entre em conflito com suas disposições.

Artigo 15

Disposições Finais

(1) Este Acordo entrará em vigor um mês após a data em que as Partes Contratantes se notificarem mutuamente que os requisitos nacionais para tal entrada em vigor foram cumpridos. A data relevante será a data do recebimento da última notificação.

(2) Este Acordo é celebrado por tempo indeterminado.

(3) Este Acordo pode ser alterado por escrito por acordo mútuo entre as Partes Contratantes. Qualquer Parte Contratante pode, a qualquer momento, apresentar um pedido por escrito de alteração deste Acordo. Se tal pedido for apresentado por uma das Partes Contratantes, as Partes Contratantes iniciarão negociações sobre a alteração do Acordo.

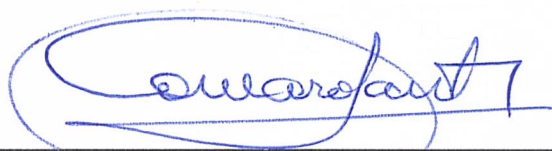
(4) As alterações entrarão em vigor nas condições estabelecidas no Parágrafo 1 deste Artigo.

(5) Qualquer Parte Contratante poderá, a qualquer momento, por canais diplomáticos, denunciar este Acordo mediante aviso prévio por escrito de seis meses. Em caso de denúncia, informações classificadas transmitidas ou geradas por contratantes com base neste Acordo continuarão a ser tratadas de acordo com as disposições do Artigo 5 acima, enquanto for justificada a existência da classificação de segurança.

(6) O registro deste Acordo na Secretaria das Nações Unidas, de acordo com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, será iniciado pela Parte Contratante no Estado da qual o Acordo for celebrado, imediatamente após sua entrada em vigor. A outra Parte Contratante deverá ser informada do registro e do número de registro da ONU, assim que isso for confirmado pela Secretaria das Nações Unidas.

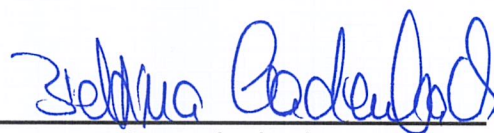
Feito em Brasília, em 5 de maio de 2025, em duas vias originais, nas línguas portuguesa, alemã e inglesa, sendo todos os três textos autênticos. Em caso de interpretações divergentes dos textos em alemão e português, o texto em inglês prevalecerá.

**PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



Marcos Antonio Amaro dos Santos
Ministro de Estado
Chefe do Gabinete de Segurança
Institucional da Presidência da República

**PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA**



Bettina Cadenbach
Embaixadora



ABKOMMEN ZWISCHEN DER REGIERUNG DER FÖDERATIVEN REPUBLIK BRASILIEN UND DER REGIERUNG DER BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND ÜBER DEN AUSTAUSCH UND GEGENSEITIGEN SCHUTZ VON VERSCHLUSSSACHEN

Die Regierung der Föderativen Republik Brasilien

und

die Regierung der Bundesrepublik Deutschland,
im Folgenden als „Vertragsparteien“ bezeichnet,

in der Absicht, den Schutz von Verschlusssachen zu gewährleisten, die im Rahmen der allgemeinen Zusammenarbeit sowie sonstiger spezifischer Verträge über Zusammenarbeit und Vereinbarungen ausgetauscht werden, die sie, ihre zum Zugang zu Verschlusssachen zugelassenen natürlichen Personen, Stellen und öffentlichen oder privaten Rechtsträger eingegangen sind,

von dem Wunsch geleitet, sich auf einen rechtlichen Rahmen für den Austausch und gegenseitigen Schutz von Verschlusssachen zu einigen, der auf alle zwischen den Vertragsparteien zu schließenden Übereinkünfte der Zusammenarbeit und auf Verträge, die einen Austausch von Verschlusssachen mit sich bringen, Anwendung findet,

in Würdigung der Verpflichtungen beider Vertragsparteien aufgrund anderer internationaler Übereinkünfte und in diesem Zusammenhang unter Hinweis darauf, dass dieses Abkommen nicht in einer Weise angewendet werden darf, die mit den Grundsätzen der Charta der Vereinten Nationen unvereinbar ist,

sind wie folgt übereingekommen:

Artikel 1 Zweck

In diesem Abkommen werden die Regeln und Verfahren für den Austausch und den Schutz von Verschlusssachen durch die Vertragsparteien, ihre sicherheitsüberprüften natürlichen Personen, Stellen und öffentlichen oder privaten Rechtsträger ausgeführt.



Artikel 2

Begriffsbestimmungen

Im Sinne dieses Abkommens

1. sind „Verschlusssachen“

a) in der Bundesrepublik Deutschland im öffentlichen Interesse geheimhaltungsbedürftige Tatsachen, Gegenstände oder Erkenntnisse, unabhängig von ihrer Darstellungsform. Sie werden entsprechend ihrer Schutzbedürftigkeit von einer zuständigen Behörde im Rahmen ihrer innerstaatlichen Zuständigkeit oder auf deren Veranlassung eingestuft. Für die Geheimhaltungsgrade gelten die folgenden Begriffsbestimmungen:

- STRENG GEHEIM, wenn die Kenntnisnahme durch Unbefugte den Bestand oder lebenswichtige Interessen der Bundesrepublik Deutschland oder eines ihrer Länder gefährden kann,
- GEHEIM, wenn die Kenntnisnahme durch Unbefugte die Sicherheit der Bundesrepublik Deutschland oder eines ihrer Länder gefährden oder ihren Interessen schweren Schaden zufügen kann,
- VS-VERTRAULICH, wenn die Kenntnisnahme durch Unbefugte für die Interessen der Bundesrepublik Deutschland oder eines ihrer Länder schädlich sein kann,
- VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH, wenn die Kenntnisnahme durch Unbefugte für die Interessen der Bundesrepublik Deutschland oder eines ihrer Länder nachteilig sein kann;

b) in der Föderativen Republik Brasilien Informationen, die unabhängig von ihrer Darstellungsform vor unbefugtem Zugang, unbefugter Weitergabe oder einer anderen Form der Preisgabe zu schützen sind und in Übereinstimmung mit ihren jeweiligen Gesetzen und sonstigen Vorschriften als solche gekennzeichnet sind. In der Föderativen Republik Brasilien gelten für Verschlusssachen die Geheimhaltungsgrade ULTRASSECRETO, SECRETO und RESERVADO, abhängig von ihrem Inhalt und ihrer Bedeutung für die Sicherheit der brasilianischen Gesellschaft und des Staates;



2. ist ein „Verschlussachenauftrag“ ein Vertrag zwischen einer Behörde oder einem Unternehmen aus dem Staat der einen Vertragspartei (Auftraggeber) und einem Unternehmen aus dem Staat der anderen Vertragspartei (Auftragnehmer); im Rahmen eines derartigen Vertrags sind Verschlussachen aus dem Staat des Auftraggebers dem Auftragnehmer zu überlassen, von dem Auftragnehmer zu erstellen oder Mitarbeitern des Auftragnehmers, die Arbeiten in Einrichtungen des Auftraggebers durchzuführen haben, zugänglich zu machen;
3. bezeichnet „zuständige Behörde“ eine Behörde, die von einer Vertragspartei mit der Durchführung dieses Abkommens und der Übermittlung von Verschlussachen an die jeweils andere Vertragspartei beauftragt wurde; in der Bundesrepublik Deutschland sind nur Bundesbehörden im Rahmen ihrer innerstaatlichen Zuständigkeit von diesem Abkommen umfasst;
4. bezeichnet „Sicherheitsbescheid“ eine Bescheinigung, dass ein privater Rechtsträger für den Umgang mit Verschlussachen nach Maßgabe der jeweiligen innerstaatlichen Gesetze und sonstigen Vorschriften in seinem Staat als geeignet befunden worden ist;
5. bedeutet „Kenntnis nur, wenn nötig“, dass eine natürliche Person Zugang zu Verschlussachen nur erhält, wenn sie dies zur Ausübung ihrer offiziellen Pflichten und Aufgaben benötigt;
6. bezeichnet „herausgebende Vertragspartei“ die Vertragspartei, die der empfangenden Vertragspartei Verschlussachen überlässt;
7. bezeichnet „empfangende Vertragspartei“ die Vertragspartei, der von der herausgebenden Vertragspartei Verschlussachen übermittelt werden;
8. bezeichnet „Sicherheitsüberprüfungsbescheinigung“ eine Bescheinigung, dass eine natürliche Person nach Maßgabe der jeweiligen innerstaatlichen Gesetze und sonstigen Vorschriften für den Umgang mit Verschlussachen bis zum entsprechenden Geheimhaltungsgrad sicherheitsüberprüft worden ist;
9. bezeichnet „Verletzung der Sicherheit“ jede Handlung oder Unterlassung, ob versehentlich oder absichtlich, die eine tatsächliche oder vermutete Preisgabe von Verschlussachen zur Folge hat;



10. wird der „Geheimhaltungsgrad“ durch eine Kennzeichnung in Übereinstimmung mit Artikel 3 angegeben, woraus sich die anzuwendenden Schutzmaßnahmen ableiten;
11. bezeichnet „Dritte“ Staaten, Regierungen, internationale Organisationen oder natürliche Personen, die nicht Vertragspartei dieses Abkommens sind;
12. bezeichnet „Umgang mit Verschlusssachen“ eine Reihe von Maßnahmen betreffend unter anderem den Schutz, die Erstellung, den Empfang, die Einstufung, die Verwendung, die Vervielfältigung, die Beförderung, die Übermittlung, die Verbreitung, die Archivierung, die Aufbewahrung, die Entsorgung, die Bewertung, den Bestimmungsort oder die Kontrolle von Verschlusssachen jeglicher Geheimhaltungsgrade sowie den Zugang zu diesen.

Artikel 3

Vergleichbarkeit

- (1) Die Vertragsparteien legen fest, dass folgende Geheimhaltungsgrade vergleichbar sind:

In der Föderativen Republik Brasilien	In der Bundesrepublik Deutschland
ULTRASSECRETO	STRENG GEHEIM
SECRETO	GEHEIM
RESERVADO	VS-VERTRAULICH
[KEINE ENTSPRECHUNG]	VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

- (2) Deutsche Verschlusssachen des Geheimhaltungsgrads „VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH“ behalten ihre bestehende Kennzeichnung. Sie werden in der Föderativen Republik Brasilien wie „RESERVADO“ behandelt.

Artikel 4

Kennzeichnung

- (1) Die ausgetauschten Verschlusssachen werden von der für ihren Empfänger zuständigen Behörde oder auf deren Veranlassung mit dem nach Artikel 3 vorgesehenen vergleichbaren innerstaatlichen Geheimhaltungsgrad gekennzeichnet.

(2) Eine entsprechende Kennzeichnungspflicht gilt für Verschlusssachen, die im Staat der empfangenden Vertragspartei im Zusammenhang mit Verschlusssachenaufträgen erstellt werden, sowie für im Staat der empfangenden Vertragspartei hergestellte Kopien.

(3) Die Entscheidung über die Änderung oder Aufhebung von Geheimhaltungsgraden bleibt den zuständigen Behörden der herausgebenden Vertragspartei vorbehalten. Die zuständige Behörde der herausgebenden Vertragspartei teilt der zuständigen Behörde der empfangenden Vertragspartei unverzüglich die Änderung oder Aufhebung eines Geheimhaltungsgrads mit. Die zuständige Behörde der empfangenden Vertragspartei setzt diese Änderung oder Aufhebung entsprechend um.

(4) Die Vertragsparteien notifizieren einander Änderungen ihrer jeweiligen in Artikel 3 festgelegten Geheimhaltungsgrade.

(5) Die Vertragsparteien erkennen ihre jeweiligen Sicherheitsüberprüfungsbescheinigungen und Sicherheitsbescheide gegenseitig an.

Artikel 5

Innerstaatliche Maßnahmen

(1) Die Vertragsparteien treffen im Rahmen ihrer jeweiligen innerstaatlichen Gesetze und sonstigen Vorschriften alle geeigneten Maßnahmen, um den Schutz von Verschlusssachen zu gewährleisten, die nach diesem Abkommen erstellt oder ausgetauscht werden oder mit denen nach diesem Abkommen umgegangen wird. Sie gewähren diesen Verschlusssachen einen Schutz, der dem von der empfangenden Vertragspartei für eigene Verschlusssachen des vergleichbaren Geheimhaltungsgrads nach Artikel 3 geforderten gleichwertig ist.

(2) Die Vertragsparteien dürfen Verschlusssachen nur mit schriftlicher Zustimmung der herausgebenden Vertragspartei weitergeben. Die Verschlusssachen sind ausschließlich für den angegebenen Zweck zu nutzen. Die empfangende Vertragspartei darf Verschlusssachen ausschließlich für die Zwecke und mit den etwaigen Beschränkungen, die von oder im Auftrag der herausgebenden Vertragspartei festgelegt worden sind, nutzen oder den Zugang zu ihnen gewähren beziehungsweise ihre Nutzung oder die Gewährung des Zugangs zu ihnen gestatten. Einer abweichenden Regelung muss die herausgebende Vertragspartei schriftlich zugestimmt haben.

(3) Der Zugang zu Verschlusssachen darf nur Personen gewährt werden, die aufgrund ihrer Aufgaben die Bedingung „Kenntnis nur, wenn nötig“ erfüllen und die – außer im Fall von Verschlusssachen des Geheimhaltungsgrads VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

– aufgrund einer Sicherheitsüberprüfung zum Zugang zu Verschlusssachen des vergleichbaren Geheimhaltungsgrads ermächtigt oder kraft Amtes dazu befugt sind. Die Ermächtigung setzt den Abschluss einer Sicherheitsüberprüfung voraus, die mindestens so streng sein muss wie diejenige, die für den Zugang zu innerstaatlichen Verschlusssachen des vergleichbaren Geheimhaltungsgrads durchgeführt wird.

(4) Sicherheitsüberprüfungen bei Angehörigen des Staates einer Vertragspartei, die ihren Aufenthalt im Hoheitsgebiet des Staates dieser Vertragspartei haben und dort Zugang zu Verschlusssachen benötigen, werden von deren zuständigen innerstaatlichen Behörden durchgeführt.

(5) Sicherheitsüberprüfungen bei Angehörigen des Staates einer Vertragspartei, die ihren rechtmäßigen Aufenthalt seit mindestens fünf Jahren im Hoheitsgebiet des Staates der anderen Vertragspartei haben und sich dort um eine sicherheitsempfindliche Tätigkeit bewerben, werden hingegen von der zuständigen Behörde dieser anderen Vertragspartei durchgeführt, wobei gegebenenfalls nach Maßgabe der innerstaatlichen Gesetze und sonstigen Vorschriften dieser anderen Vertragspartei Sicherheitsauskünfte im Ausland eingeholt werden.

(6) Auf Verschlusssachen des Geheimhaltungsgrads VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH finden die Artikel 6 und 7 keine Anwendung.

(7) Die zuständigen Behörden jeder Vertragspartei stellen innerhalb ihres Staates die Durchführung der erforderlichen Sicherheitsinspektionen und die Einhaltung dieses Abkommens sicher.

Artikel 6

Vergabe von Verschlusssachenaufträgen

(1) Vor Vergabe eines Verschlusssachenauftrags holt der Auftraggeber über die für ihn zuständige Behörde bei der für den Auftragnehmer zuständigen Behörde einen Sicherheitsbescheid ein, um sich zu vergewissern, ob der in Aussicht genommene Auftragnehmer der Geheimschutzbetreuung durch die zuständige Behörde seines Staates unterliegt und ob er die für die Durchführung des Verschlusssachenauftrags erforderlichen Geheimschutzvorkehrungen getroffen hat. Unterliegt ein Auftragnehmer noch nicht der Geheimschutzbetreuung, so kann dies vom Auftraggeber beantragt werden.

(2) Ein Sicherheitsbescheid ist auch dann einzuholen, wenn ein Unternehmen zur Abgabe eines Angebots aufgefordert worden ist und im Rahmen des



Ausschreibungsverfahren bereits vor Vergabe eines Verschlusssachenauftrags Verschlusssachen überlassen werden müssen.

(3) In den Fällen der Absätze 1 und 2 wird das folgende Verfahren angewendet:

1. Ersuchen um Ausstellung eines Sicherheitsbescheids für Auftragnehmer aus dem Staat der anderen Vertragspartei enthalten Angaben über das Vorhaben sowie die Art, den Umfang und den Geheimhaltungsgrad der dem Auftragnehmer voraussichtlich zu überlassenden oder von ihm zu erstellenden Verschlusssachen.
2. Sicherheitsbescheide müssen neben der vollständigen Bezeichnung des Unternehmens, seiner Postanschrift und dem Namen seines Sicherheitsbevollmächtigten sowie dessen Telefon-, Faxverbindung und E-Mail-Adresse insbesondere Angaben darüber enthalten, in welchem Umfang und bis zu welchem Geheimhaltungsgrad von dem betreffenden Unternehmen Geheimschutzmaßnahmen auf der Grundlage seiner geltenden Gesetze und sonstigen Vorschriften getroffen worden sind.
3. Die zuständigen Behörden der Vertragsparteien teilen einander mit, wenn sich die den ausgestellten Sicherheitsbescheiden zugrunde liegenden Sachverhalte ändern.
4. Der Austausch dieser Mitteilungen zwischen den zuständigen Behörden der Vertragsparteien erfolgt in der Landessprache der zu unterrichtenden Behörde oder in englischer Sprache.
5. Sicherheitsbescheide und an die jeweils zuständigen Behörden der Vertragsparteien gerichtete Ersuchen um Ausstellung von Sicherheitsbescheiden sind schriftlich zu übermitteln.

Artikel 7

Durchführung von Verschlusssachenaufträgen

(1) Verschlusssachenaufträge müssen eine Geheimstutzklausel enthalten, der zufolge der Auftragnehmer verpflichtet ist, die zum Schutz von Verschlusssachen erforderlichen Vorkehrungen in Übereinstimmung mit den innerstaatlichen Gesetzen und sonstigen Vorschriften seines Staates umzusetzen.

(2) Außerdem sind folgende Bestimmungen in die Geheimschutzklausel aufzunehmen:

1. die Bestimmung des Begriffs „Verschlussachen“ und der vergleichbaren Geheimhaltungsgrade der Staaten der beiden Vertragsparteien in Übereinstimmung mit Artikel 3,
2. das Erfordernis, dass eine Verschlussache an Dritte nur weitergegeben beziehungsweise deren Weitergabe an Dritte nur gestattet werden darf, wenn die herausgebende Vertragspartei dem schriftlich zugestimmt hat,
3. das Erfordernis, dass der Auftragnehmer den Zugang zu einer Verschlussache nur einer Person gewähren darf, welche die Bedingung „Kenntnis nur, wenn nötig“ erfüllt und mit der Durchführung des Verschlussachenauftrags beauftragt worden oder daran beteiligt ist und – außer im Fall von Verschlussachen des Geheimhaltungsgrads VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH – zuvor bis zum entsprechenden Geheimhaltungsgrad sicherheitsüberprüft worden ist,
4. die Namen der jeweils zuständigen Behörden der Vertragsparteien, die entweder im Zusammenhang mit der Vergabe von Verschlussachenaufträgen mit der Genehmigung zur Weitergabe von Verschlussachen befasst sind oder zur Koordinierung des Schutzes dieser Verschlussachen ermächtigt sind,
5. die Wege, über die Verschlussachen zwischen den zuständigen Behörden und beteiligten Auftragnehmern weiterzugeben sind,
6. die Verfahren und Mechanismen für die Mitteilung von Änderungen, die sich möglicherweise in Bezug auf Verschlussachen aufgrund der Änderung oder Aufhebung ihrer Geheimhaltungsgrade ergeben,
7. die Verfahren für die Genehmigung von Besuchen in Einrichtungen oder des Zugangs zu Verschlussachen von Personal der Auftragnehmer,
8. die Verfahren für die Übermittlung von Verschlussachen an Auftragnehmer, die mit solchen Verschlussachen umgehen, und
9. das Erfordernis, dass der Auftragnehmer die für ihn zuständige Behörde unverzüglich über jede erfolgte oder vermutete Verletzung der Sicherheit zu unterrichten hat.



(3) Die für den Auftraggeber zuständige Behörde benennt dem Auftragnehmer in einer Einstufungsliste sämtliche Vorgänge, die einer Verschlusssacheneinstufung bedürfen, legt den erforderlichen Geheimhaltungsgrad fest und veranlasst, dass diese Einstufungsliste dem Verschlusssachenauftrag als Anhang beigelegt wird. Die für den Auftraggeber zuständige Behörde hat diese Einstufungsliste auch der für den Auftragnehmer zuständigen Behörde zu übermitteln oder ihre Übermittlung zu veranlassen.

(4) Die für den Auftraggeber zuständige Behörde stellt sicher, dass dem Auftragnehmer Zugang zu Verschlusssachen erst dann gewährt wird, wenn der entsprechende Sicherheitsbescheid der für den Auftragnehmer zuständigen Behörde eingegangen ist.

Artikel 8 **Übermittlung von Verschlusssachen**

(1) Verschlusssachen des Geheimhaltungsgrads ULTRASSECRETO / STRENG GEHEIM werden zwischen den Vertragsparteien nur von Regierung zu Regierung in Übereinstimmung mit deren jeweiligen innerstaatlichen Gesetzen und sonstigen Vorschriften übermittelt.

(2) Verschlusssachen der Geheimhaltungsgrade RESERVADO / VS-VERTRAULICH und SECRETO / GEHEIM werden von einem Staat in den anderen grundsätzlich auf dem amtlichen Kurierweg übermittelt. Die zuständigen Behörden der Vertragsparteien können alternative Übermittlungswege vereinbaren. Verschlusssachen werden nach Maßgabe der innerstaatlichen Gesetze und sonstigen Vorschriften an den Empfänger weitergeleitet, und deren Empfang wird von der zuständigen Behörde oder auf deren Veranlassung bestätigt.

(3) Die zuständigen Behörden können für ein genau bezeichnetes Vorhaben – allgemein oder unter Festlegung von Beschränkungen – vereinbaren, dass Verschlusssachen der Geheimhaltungsgrade RESERVADO / VS-VERTRAULICH und SECRETO / GEHEIM auf einem anderen als dem amtlichen Kurierweg übermittelt werden dürfen. In derartigen Fällen

1. muss der Beförderer zum Zugang zu Verschlusssachen des vergleichbaren Geheimhaltungsgrads ermächtigt sein,
2. muss beim Absender ein Verzeichnis der übermittelten Verschlusssachen verbleiben; ein Exemplar dieses Verzeichnisses ist dem Empfänger zur Weiterleitung an die zuständige Behörde zu übergeben,



3. müssen die Verschlusssachen nach den für den Inlandstransport geltenden Bestimmungen verpackt sein,
4. muss die Übergabe der Verschlusssachen gegen Empfangsbescheinigung erfolgen und
5. muss der Beförderer einen Kurierausweis mit sich führen, den die für den Absender oder den Empfänger zuständige Behörde ausgestellt hat.

(4) Für die Übermittlung von Verschlusssachen werden Transportmittel, Transportweg und erforderlichenfalls Begleitschutz in jedem Einzelfall durch die zuständigen Behörden der Vertragsparteien auf der Grundlage eines detaillierten und einvernehmlich vereinbarten Transportplans festgelegt.

(5) Verschlusssachen des Geheimhaltungsgrads ULTRASSECRETO / STRENG GEHEIM dürfen nicht auf elektronischem Wege übermittelt werden.

(6) Verschlusssachen der Geheimhaltungsgrade RESERVADO / VS-VERTRAULICH und SECRETO / GEHEIM dürfen auf elektronischem Wege nur verschlüsselt übermittelt werden. Für die Verschlüsselung von Verschlusssachen dieser Geheimhaltungsgrade dürfen nur Verschlüsselungssysteme eingesetzt werden, die von den zuständigen Behörden der Vertragsparteien in gegenseitigem Einvernehmen zugelassen worden sind.

(7) Verschlusssachen des Geheimhaltungsgrads VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH können unter Berücksichtigung der innerstaatlichen Gesetze und sonstigen Vorschriften an Empfänger im Hoheitsgebiet des Staates der anderen Vertragspartei mit der Post oder anderen Zustelldiensten übermittelt werden.

(8) Verschlusssachen des Geheimhaltungsgrads VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH können mittels handelsüblicher Verschlüsselungsgeräte, die von einer zuständigen innerstaatlichen Behörde zugelassen worden sind, elektronisch übermittelt oder zugänglich gemacht werden. Eine unverschlüsselte Übermittlung von Verschlusssachen dieses Geheimhaltungsgrads ist nur zulässig, wenn innerstaatliche Gesetze und sonstige Vorschriften dem nicht entgegenstehen, ein zugelassenes Verschlüsselungssystem nicht verfügbar ist, die Übermittlung ausschließlich innerhalb von Festnetzen erfolgt und Absender und Empfänger sich zuvor über die beabsichtigte Übermittlung geeinigt haben.



Artikel 9 Besuche

(1) Besuchern aus dem Staat einer Vertragspartei wird im Staat der anderen Vertragspartei Zugang zu Verschlusssachen sowie zu Einrichtungen, deren Personal mit Verschlusssachen umgeht, grundsätzlich nur mit vorheriger Erlaubnis der zuständigen Behörde der Vertragspartei, deren Staat besucht werden soll, gewährt. Diese Erlaubnis wird nur Personen erteilt, welche die Bedingung „Kenntnis nur, wenn nötig“ erfüllen und – außer im Fall von als VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH eingestuften Verschlusssachen – in geeigneter Weise sicherheitsüberprüft worden und zum Zugang zu Verschlusssachen ermächtigt sind.

(2) Besuchsanmeldungen sind rechtzeitig und in Übereinstimmung mit den Gesetzen und sonstigen Vorschriften des Staates der Vertragspartei, in dessen Hoheitsgebiet die Besucher einzureisen wünschen, der zuständigen Behörde dieses Staates vorzulegen. Die zuständigen Behörden teilen einander die Einzelheiten der Anmeldungen mit und stellen den Schutz personenbezogener Daten sicher.

(3) Besuchsanmeldungen sind in der Sprache des zu besuchenden Staates oder in englischer Sprache und mit folgenden Angaben versehen vorzulegen:

1. Vor- und Zuname, Geburtsdatum und -ort sowie die Pass- oder Personalausweisnummer des Besuchers,
2. Staatsangehörigkeit des Besuchers,
3. Dienstbezeichnung des Besuchers und Name der Behörde oder Stelle, die er vertritt,
4. Grad der Ermächtigung des Besuchers für den Zugang zu Verschlusssachen,
5. Zweck, Datum und Dauer des Besuchs,
6. Angabe der Stellen, Ansprechpartner und Einrichtungen, die besucht werden sollen, sowie
7. Datum und Unterschrift der zuständigen Behörde.



Artikel 10

Konsultationen und Beilegung von Streitigkeiten

- (1) Die Vertragsparteien nehmen von den im Staat der jeweils anderen Vertragspartei geltenden Gesetzen und sonstigen Vorschriften über den Schutz von Verschlusssachen Kenntnis.
- (2) Um eine enge Zusammenarbeit bei der Durchführung dieses Abkommens zu gewährleisten, konsultieren die zuständigen Behörden einander auf Ersuchen einer dieser Behörden.
- (3) Jede Vertragspartei gestattet darüber hinaus der zuständigen Behörde der jeweils anderen Vertragspartei oder jeder im gegenseitigen Einvernehmen bezeichneten anderen Behörde, Besuche im Hoheitsgebiet ihres Staates zu machen, um mit den zuständigen Behörden ihres Staates die Verfahren und Einrichtungen zum Schutz von Verschlusssachen, die ihr von der anderen Vertragspartei zur Verfügung gestellt wurden, zu erörtern. Jede Vertragspartei unterstützt diese Behörde bei der Feststellung, ob die Verschlusssachen, die ihr von der anderen Vertragspartei zur Verfügung gestellt wurden, ausreichend geschützt werden. Die Einzelheiten der Besuche werden von den zuständigen Behörden festgelegt.
- (4) Streitigkeiten zwischen den Vertragsparteien, die sich aus der Auslegung oder Anwendung dieses Abkommens oder damit zusammenhängenden Angelegenheiten ergeben, werden ausschließlich durch Konsultationen oder Verhandlungen zwischen den Vertragsparteien auf diplomatischem Wege beigelegt und nicht an nationale oder internationale Gerichte oder Dritte zur Beilegung verwiesen.
- (5) Während des Zeitraums der Streitbeilegung kommen beide Vertragsparteien all ihren Verpflichtungen nach diesem Abkommen weiter nach.
- (6) Verfahren zur Beilegung von Streitigkeiten zwischen beiden Vertragsparteien werden auf der Basis des Grundsatzes der Vertraulichkeit durchgeführt.

Artikel 11

Verletzung der Bestimmungen über den Schutz von Verschlusssachen

- (1) Wenn eine Verletzung der Sicherheit nicht auszuschließen ist, vermutet oder festgestellt wird, ist dies der anderen Vertragspartei unverzüglich entweder in der Landessprache der zu unterrichtenden Behörde oder in englischer Sprache mitzuteilen.

(2) Verletzungen der Bestimmungen über den Schutz von Verschlusssachen werden von den zuständigen Behörden und Gerichten im Staat der Vertragspartei, deren Zuständigkeit gegeben ist, nach dem Recht dieses Staates untersucht und verfolgt. Die andere Vertragspartei kann diese Ermittlungen auf Ersuchen unterstützen und ist über das Ergebnis zu unterrichten.

Artikel 12

Kosten

Jede Vertragspartei trägt die ihr bei der Durchführung dieses Abkommens entstehenden Kosten.

Artikel 13

Zuständige Behörden

Die Vertragsparteien teilen einander unverzüglich nach Inkrafttreten des Abkommens Kontaktdaten ihrer jeweils zuständigen Behörden schriftlich mit und aktualisieren diese Angaben bei Bedarf.

Artikel 14

Verhältnis zu anderen Vereinbarungen, Absprachen und Übereinkünften

Alle bestehenden Vereinbarungen, Absprachen oder Übereinkünfte zwischen den Vertragsparteien oder deren zuständigen Behörden über den Schutz von Verschlusssachen bleiben von diesem Abkommen unberührt, soweit sie ihm nicht entgegenstehen.

Artikel 15

Schlussbestimmungen

(1) Dieses Abkommen tritt einen Monat nach dem Tag in Kraft, an dem die Vertragsparteien einander notifiziert haben, dass die innerstaatlichen Voraussetzungen für das Inkrafttreten erfüllt sind. Maßgebend ist der Tag des Eingangs der letzten Notifikation.

(2) Dieses Abkommen wird auf unbestimmte Zeit geschlossen.



(3) Dieses Abkommen kann einvernehmlich in Schriftform von den Vertragsparteien geändert werden. Jede Vertragspartei kann jederzeit schriftlich eine Änderung dieses Abkommens beantragen. Stellt eine Vertragspartei einen entsprechenden Antrag, so nehmen die Vertragsparteien Verhandlungen über die Änderung des Abkommens auf.

(4) Die Änderungen treten im Einklang mit Absatz 1 in Kraft.

(5) Jede Vertragspartei kann dieses Abkommen jederzeit unter Einhaltung einer Frist von sechs Monaten auf diplomatischem Wege schriftlich kündigen. Im Fall der Kündigung sind die aufgrund dieses Abkommens übermittelten oder von Auftragnehmern erstellten Verschlussachen weiterhin nach Artikel 5 zu behandeln, solange das Bestehen der Verschlussacheneinstufung dies rechtfertigt.

(6) Die Registrierung dieses Abkommens beim Sekretariat der Vereinten Nationen nach Artikel 102 der Charta der Vereinten Nationen wird unverzüglich nach seinem Inkrafttreten von der Vertragspartei veranlasst, in deren Staat das Abkommen geschlossen wird. Die andere Vertragspartei wird unter Angabe der VN-Registrierungsnummer von der erfolgten Registrierung unterrichtet, sobald diese vom Sekretariat der Vereinten Nationen bestätigt worden ist.

Geschehen in Brasilia am 5. Mai 2025 in zwei Urschriften, jede in portugiesischer, deutscher und englischer Sprache, wobei jeder Wortlaut verbindlich ist. Bei unterschiedlicher Auslegung des deutschen und des portugiesischen Wortlauts ist der englische Wortlaut maßgebend.

**FÜR DIE REGIERUNG DER
FÖDERATIVEN REPUBLIK BRASILIEN**

Marcos Antonio Amaro dos Santos
Staatsminister
Leiter des Büros für Institutionelle
Sicherheit des Präsidenten der Republik

**FÜR DIE REGIERUNG DER
BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND**

Bettina Cadenbach
Botschafterin



**AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE GOVERNMENT OF THE FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY ON THE EXCHANGE AND
MUTUAL PROTECTION OF CLASSIFIED INFORMATION**

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

the Government of the Federal Republic of Germany,
hereinafter referred to as the “Contracting Parties”,

Intending to ensure the protection of classified information that is exchanged within the sphere of general cooperation, and other specific cooperation contracts and other agreements entered into by them, their individuals, bodies and public or private entities accredited to have access to classified information,

Desirous of agreeing on a legal framework for the exchange and mutual protection of classified information that shall apply to all instruments of cooperation to be concluded between the Contracting Parties and to contracts involving an exchange of classified information,

Mindful of the commitments of both Contracting Parties under other international agreements and stressing in this regard that this Agreement may not be applied in any manner inconsistent with the principles of the Charter of the United Nations,

Have agreed as follows:

Article 1
Purpose

This Agreement outlines rules and procedures for the exchange and the protection of classified information by the Contracting Parties, their security-cleared individuals, bodies, and public or private entities.



Article 2 Definitions

For the purposes of this Agreement

1. “classified information” is:

- (a) in the Federal Republic of Germany, facts, items or intelligence which, regardless of how they are presented, are to be kept secret in the public interest. They shall be classified in accordance with their need for protection by, or at the instance of, a competent authority within the limits of its national competences. The classification levels are defined as follows:
 - STRENG GEHEIM, if knowledge of it by unauthorised persons may pose a threat to the existence or vital interests of the Federal Republic of Germany or one of its *Länder* (federal states),
 - GEHEIM if knowledge of it by unauthorised persons may pose a threat to the security of the Federal Republic of Germany or one of its *Länder* (federal states), or may cause severe damage to their interests,
 - VS-VERTRAULICH if knowledge of it by unauthorised persons may be damaging to the interests of the Federal Republic of Germany or one of its *Länder* (federal states),
 - VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH if knowledge of it by unauthorised persons may be disadvantageous to the interests of the Federal Republic of Germany or one of its *Länder* (federal states);
- (b) in the Federative Republic of Brazil, the information, regardless of how it is presented, that shall be protected against unauthorised access, disclosure or other compromise and has been designated as such, according to its respective laws and regulations. In the Federative Republic of Brazil, classified information levels are ULTRASSECRETO, SECRETO and RESERVADO, depending on its content and importance to the security of Brazilian society and of the State;



2. a “classified contract” is a contract between an authority or an enterprise from the State of one Contracting Party (contract owner) and an enterprise from the State of the other Contracting Party (contractor); under such contract, classified information from the State of the contract owner is to be released to the contractor or is to be generated by the contractor or is to be made accessible to members of the contractor’s staff who are to perform tasks in facilities of the contract owner;
3. “competent authority” means an authority designated by one Contracting Party as responsible for implementing this Agreement and transmitting classified information to the other Contracting Party; in the Federal Republic of Germany, this Agreement only encompasses federal authorities within the limits of their national competences;
4. “Facility Security Clearance (FSC)” means a determination that a private entity has been found eligible in its State for the handling of classified information, in accordance with the respective national laws and regulations;
5. “need-to-know” means that an individual is given access to classified information only in order to perform official duties and tasks;
6. “originating Contracting Party” means the Contracting Party which releases classified information to the receiving Contracting Party;
7. “receiving Contracting Party” means the Contracting Party to which classified information is transmitted by the originating Contracting Party;
8. “Personnel Security Clearance (PSC)” means a determination that an individual has been security cleared for the handling of classified information, up to the relevant classification level, in accordance with the respective national laws and regulations;
9. “security breach” means any action or omission, whether intentional or accidental, which results in an actual or suspected compromise of classified information;
10. the “classification level” is indicated by a marking in accordance with Article 3 of this Agreement, thereby governing the protective measures to be applied;

11. "third party" means any state, government, international organisation or individual which are not party to this Agreement;

12. "handling of classified information" means a set of actions related to, among others, protection, production, reception, classification, use, reproduction, transportation, transmission, distribution, archiving, storage, disposal, evaluation, destination or control of classified information at any classification level and access to such classified information.

Article 3 Comparability

(1) The Contracting Parties stipulate that the following classification levels shall be comparable:

In the Federative Republic of Brazil	In the Federal Republic of Germany
ULTRASSECRETO	STRENG GEHEIM
SECRETO	GEHEIM
RESERVADO	VS-VERTRAULICH
[NO EQUIVALENT]	VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

(2) German classified information of the "VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH" level shall keep its original marking. It shall be handled as "RESERVADO" in the Federative Republic of Brazil.

Article 4 Marking

(1) Exchanged classified information shall be marked with the comparable national classification level as provided under Article 3 by, or at the instance of, the competent authority of the recipient.

(2) Classified information which is generated in the State of the receiving Contracting Party in connection with classified contracts as well as copies made in the State of the receiving Contracting Party shall be marked accordingly.

(3) The decision on the amendment or revocation of classification levels shall be taken only by the competent authorities of the originating Contracting Party. The competent authority of the originating Contracting Party shall inform the competent authority of the



receiving Contracting Party immediately of the amendment or revocation of any classification level. The competent authority of the receiving Contracting Party shall implement this amendment or revocation accordingly.

(4) The Contracting Parties shall notify each other about changes of their respective classification levels specified in Article 3.

(5) The Contracting Parties shall mutually recognise their respective Personnel Security Clearances and Facility Security Clearances.

Article 5

Measures at the National Level

(1) Within the scope of their respective national laws and regulations, the Contracting Parties shall take all appropriate measures to guarantee the protection of classified information generated, exchanged or handled under the terms of this Agreement. They shall afford such classified information a degree of protection equivalent to that required by the receiving Contracting Party for its own classified information of the comparable classification level, in accordance with Article 3.

(2) The Contracting Parties shall not disclose any classified information without the written consent of the originating Contracting Party. The classified information shall be used solely for the designated purpose. The receiving Contracting Party shall use or grant access, or shall permit the use of or the granting of access to any classified information only for the purposes and within any limitations stated by or on behalf of the originating Contracting Party. The originating Contracting Party must have given its written consent to any alternative arrangement.

(3) Access to classified information may be granted only to persons having a need-to-know on account of their duties and – except in the case of classified information at the VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH level – having been security cleared or by virtue of their function being entitled to have access to classified information of the comparable classification level. A security clearance shall be granted only after completion of a security screening under standards no less stringent than those applied for access to national classified information of the comparable classification level.

(4) Personnel Security Clearance screenings for nationals of the State of a Contracting Party who reside and require access to classified information in the territory of this Contracting Party shall be conducted by their competent national authorities.

(5) However, Personnel Security Clearance screenings for nationals of the State of one Contracting Party who have been legally resident in the territory of the State of the other Contracting Party for at least five years and apply for a security-sensitive job there shall be conducted by the competent authority of that other Contracting Party, conducting overseas checks as appropriate in accordance with its national laws and regulations.

(6) Articles 6 and 7 of this Agreement shall not apply to classified information at the VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH level.

(7) The competent authorities of the Contracting Parties shall, each within their State, ensure that the necessary security inspections are carried out and that this Agreement is complied with.

Article 6

Award of Classified Contracts

(1) Prior to the award of a classified contract, the contract owner shall, through its competent authority, obtain a Facility Security Clearance from the competent authority of the contractor in order to obtain assurance as to whether the prospective contractor is subject to security oversight by the competent authority of its State and whether such contractor has taken the security precautions required for discharging the performance of the classified contract. Where a contractor is not yet subject to security oversight, an application may be made by the contract owner to that end.

(2) A Facility Security Clearance shall also be obtained if an enterprise has been requested to submit a bid and if classified information will have to be released prior to the award of a classified contract under the bid procedure.

(3) In the cases referred to in paragraphs (1) and (2) above, the following procedure shall be applied:

1. Requests for the issuance of a Facility Security Clearance for contractors from the State of the other Contracting Party shall contain information on the project as well as the nature, the scope and the classification level of the classified information expected to be released to the contractor or to be generated by it.
2. In addition to the full name of the enterprise, its postal address, the name of its security official, his telephone, fax number and email address, Facility Security Clearances must include information in particular on the extent to

which, and the classification level up to which, security measures have been taken by the respective enterprise on the basis of its applicable laws and regulations.

3. The competent authorities of the Contracting Parties shall inform each other of any changes in the facts on the basis of which Facility Security Clearances have been issued.
4. The exchange of such information between the competent authorities of the Contracting Parties shall be effected either in the national language of the authority to be informed or in English.
5. Facility Security Clearances and requests addressed to the respective competent authorities of the Contracting Parties for the issuance of Facility Security Clearances shall be transmitted in writing.

Article 7

Performance of Classified Contracts

(1) Classified contracts must contain a security requirements clause under which the contractor is under an obligation to implement the arrangements required for the protection of classified information pursuant to the national laws and regulations of its State.

(2) In addition, the security requirements clause shall contain the following provisions:

1. the definition of the term “classified information” and of the comparable classification levels of the States of the two Contracting Parties in accordance with Article 3 of this Agreement;
2. the requirement that classified information shall only be disclosed to a third party, or that such disclosure to a third party shall only be permitted, if this has been approved by the originating Contracting Party in writing;
3. the requirement that the contractor shall grant access to classified information only to a person who has a need-to-know and has been charged with, or contributes to, the performance of the classified contract and – except in the case of classified information at the VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH level – has been security cleared up to the appropriate classification level in advance;

- 
4. the names of the respective competent authorities of the Contracting Parties in charge of authorising the release of classified information in connection with the award of classified contracts or entitled to coordinate the safeguarding of such classified information;
 5. the channels to be used for the transfer of classified information between the competent authorities and contractors involved;
 6. the procedures and mechanisms for communicating changes that may arise in respect of classified information either because of the amendment or revocation of its classification levels;
 7. the procedures for the approval of visits to facilities, or access to classified information, by personnel of the contractors;
 8. the procedures for transmitting classified information to contractors handling such classified information; and
 9. the requirement that the contractor shall immediately notify its competent authority of any actual or suspected security breach.

(3) The competent authority of the contract owner shall provide the contractor with a Security Classification Guide of all documentary records requiring security classification, shall determine the required classification level and shall arrange for this Security Classification Guide to be enclosed as an appendix to the classified contract. The competent authority of the contract owner shall also transmit, or arrange for the transmission of, this Security Classification Guide to the competent authority of the contractor.

(4) The competent authority of the contract owner shall ensure that the contractor will be granted access to classified information only after the pertinent Facility Security Clearance has been received from the competent authority of the contractor.

Article 8

Transmission of Classified Information

(1) Classified information at the ULTRASSECRETO/ STRENG GEHEIM level shall only be transmitted between Contracting Parties through Government-to-Government channels in accordance with their respective national laws and regulations.



(2) As a matter of principle, classified information at the RESERVADO / VS-VERTRAULICH and SECRETO / GEHEIM levels shall be transmitted from one State to another by official courier. The competent authorities of the Contracting Parties may agree on alternative channels of transmission. Classified information shall be forwarded to the recipient in accordance with national laws and regulations, and receipt of classified information shall be confirmed by, or at the instance of, the competent authority.

(3) For a specifically designated project, the competent authorities may agree – generally or subject to restrictions – that classified information at the RESERVADO / VS-VERTRAULICH and SECRETO / GEHEIM levels may be transmitted through channels other than official courier. In such cases,

1. the bearer must be authorised to have access to classified information of the comparable classification level,
2. a list of the items of classified information transmitted must be retained by the sender; a copy of this list shall be handed over to the recipient for forwarding to the competent authority,
3. items of classified information must be packed in accordance with the regulations governing transportation within national boundaries,
4. items of classified information must be delivered against receipt, and
5. the bearer must carry a courier certificate issued by the competent authority of the sender or the recipient.

(4) Where classified information has to be transmitted, the means of transportation, the route, and in case of need an escort shall be determined on a case-by-case basis by the competent authorities of the Contracting Parties on the basis of a detailed and mutually agreed transportation plan.

(5) Classified information at the ULTRASSECRETO / STRENG GEHEIM level shall not be transmitted electronically.

(6) Classified information at the RESERVADO / VS-VERTRAULICH and SECRETO / GEHEIM levels may be transmitted electronically in encrypted form only. Classified information of these classification levels may only be encrypted by encryption means approved by mutual agreement by the competent authorities of the Contracting Parties.



(7) Classified information at the VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH level may be transmitted by post or other delivery services to recipients within the territory of the State of the other Contracting Party, taking into account national laws and regulations.

(8) Classified information at the VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH level may be transmitted electronically or made accessible by means of commercial encryption devices approved by a competent national authority. Classified information of this classification level may only be transmitted in an unencrypted form if this is not contrary to national laws and regulations, no approved encryption means are available, transmission is effected within fixed networks only and the sender and the recipient have reached agreement on the proposed transmission in advance.

Article 9

Visits

(1) As a matter of principle, it is only with the prior permission of the competent authority of the Contracting Party whose State is to be visited that visitors from the State of one Contracting Party will, in the State of the other Contracting Party, be granted access to classified information and to facilities whose personnel handles classified information. Such permission shall be given only to persons having a need-to-know and – except in the case of classified information at the VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH level – having been appropriately security cleared and authorised to have access to classified information.

(2) Requests for visits shall be submitted, on a timely basis and in accordance with the laws and regulations of the Contracting Party's State whose territory such visitors wish to enter, to the competent authority of that State. The competent authorities shall inform each other of the details regarding such requests and shall ensure that personal data are protected.

(3) Requests for visits shall be submitted in the language of the State to be visited or in English and shall contain the following information:

1. the visitor's first name and surname, date and place of birth, and his passport or identity card number,
2. the visitor's citizenship,
3. the visitor's service designation, and the name of his parent authority or agency,

- 
4. the level of the visitor's security clearance for access to classified information,
 5. the purpose, date and duration of the visit,
 6. the designation of the agencies, the contact persons and the facilities to be visited and
 7. date and signature of the competent authority.

Article 10

Consultations and Settlement of Disputes

- (1) The Contracting Parties shall take note of the laws and regulations governing the protection of classified information that apply within the State of the other Contracting Party.
- (2) To ensure close cooperation in the implementation of this Agreement, the competent authorities shall consult each other at the request of one of these authorities.
- (3) Each Contracting Party shall, in addition, allow the competent authority of the other Contracting Party or any other authority designated by mutual agreement to visit the territory of its State in order to discuss, with the competent authorities of its State, the procedures and facilities for the protection of classified information received from the other Contracting Party. Each Contracting Party shall assist that authority in ascertaining whether such classified information received from the other Contracting Party is adequately protected. The details of the visits shall be laid down by the competent authorities.
- (4) Any dispute between the Contracting Parties arising from the interpretation or application of this Agreement, or any related matter, shall be resolved solely by consultation or negotiation between the Contracting Parties, through diplomatic channels, and shall not be referred to any national or international tribunal or third party for settlement.
- (5) During the period of resolution of the dispute, both Contracting Parties shall continue to fulfil all their obligations under this Agreement.
- (6) Dispute settlement procedures shall be conducted between both Contracting Parties on the basis of the principle of confidentiality.



Article 11

Violation of Provisions Governing the Protection of Classified Information

- (1) Whenever a security breach cannot be ruled out or if a security breach is suspected or ascertained, the other Contracting Party shall immediately be informed either in the national language of the authority to be informed or in English.
- (2) Violations of provisions governing the protection of classified information shall be investigated, and pertinent legal action shall be taken, by the competent authorities and courts in the State of the Contracting Party having jurisdiction, according to the law of that State. The other Contracting Party may, if so requested, support such investigations and shall be informed of the outcome.

Article 12

Costs

Each Contracting Party shall pay the expenses incurred by it in implementing the provisions of this Agreement.

Article 13

Competent Authorities

The Contracting Parties shall inform each other in writing about the contact details of their respective competent authorities immediately after the Agreement has entered into force and shall also provide updates to these details as necessary.

Article 14

Relationship with other Agreements, Memoranda of Understanding and Instruments

Any existing Agreement, Memorandum of Understanding or Instrument between the Contracting Parties or their competent authorities on the protection of classified information shall be unaffected by the present Agreement in so far as they do not conflict with its provisions.



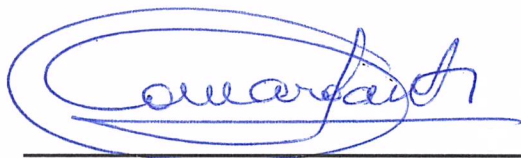
Article 15

Final Provisions

- (1) This Agreement shall enter into force one month from the date on which the Contracting Parties have notified each other that the national requirements for such entry into force have been fulfilled. The relevant date shall be the date of receipt of the last notification.
- (2) This Agreement is concluded for an indefinite period of time.
- (3) This Agreement may be amended in writing by mutual agreement between the Contracting Parties. Either Contracting Party may at any time submit a written request for the amendment of this Agreement. If such a request is submitted by one of the Contracting Parties, the Contracting Parties shall initiate negotiations on the amendment of the Agreement.
- (4) The amendments shall enter into force in the terms established in Paragraph 1 of this Article.
- (5) Either Contracting Party may at any time, through diplomatic channels, denounce this Agreement by giving six months' written notice. In the event of denunciation, classified information transmitted, or generated by contractors, on the basis of this Agreement shall continue to be treated in accordance with the provisions of Article 5 above for as long as is justified by the existence of the security classification.
- (6) Registration of this Agreement with the Secretariat of the United Nations, in accordance with Article 102 of the Charter of the United Nations, shall be initiated by the Contracting Party in the State of which the Agreement is concluded immediately following its entry into force. The other Contracting Party shall be informed of registration, and of the UN registration number, as soon as this has been confirmed by the Secretariat of the United Nations.

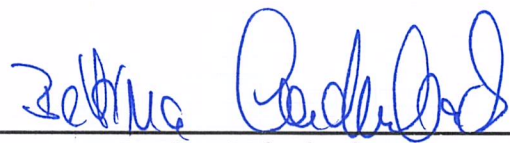
Done in Brasilia on May 5th, 2025 in two originals, in the Portuguese, German and English languages, all three texts being authentic. In case of divergent interpretations of the German and Portuguese texts, the English text shall prevail.

**FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL**



Marcos Antonio Amaro dos Santos
Minister of State
Chief of the Institutional Security Office of
the Presidency of the Republic

**FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY**



Bettina Cadenbach
Ambassador